

A ADAPTAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA ÀS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E A GARANTIA DOS DIREITOS DE TODOS OS MEMBROS.

Adriel Neves da Silva¹

Luciele Moreira Leão²

DOI: [10.47094/978-65-6036-813-2/1](https://doi.org/10.47094/978-65-6036-813-2/1)

INTRODUÇÃO: O presente estudo explora a evolução do conceito de família no Brasil, ao analisar as novas configurações familiares, assim como as monoparentais, homoafetivas e poliafetivas. E como se afirmará o reconhecimento legal ante os preconceitos enfrentados por essas famílias, considerando os princípios constitucionais de dignidade, liberdade e igualdade? **OBJETIVO:** Investigar como o Direito pode evoluir para reconhecer e proteger as diversas formas de família na sociedade contemporânea, à luz de mudanças sociais e decisões do Supremo Tribunal Federal. **MÉTODOS:** A pesquisa é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise de jurisprudência e comparação entre normas legais, buscando identificar lacunas e propor melhorias. **RESULTADOS:** O estudo revela que a evolução familiar no Brasil transcreve uma transição significativa de modelos patriarcais e conservadores para o reconhecimento da pluralidade familiar. Famílias monoparentais, agora mais comuns, enfrentam desafios econômicos e sociais, agravados pela falta de políticas públicas adequadas. As uniões homoafetivas, embora reconhecidas pelo STF, ainda carecem de legislação específica que formalize seus direitos, resultando em vulnerabilidade. Já as famílias poliafetivas, que incluem arranjos de três ou mais pessoas, enfrentam forte preconceito e quase nenhum reconhecimento jurídico, apesar de alguns avanços. Os resultados destacam a urgência de atualizar a legislação para garantir direitos a todas as configurações familiares, promovendo uma sociedade justa e inclusiva. A intersecção entre direito e realidade social é essencial para assegurar dignidade e proteção a todos os cidadãos. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que é crucial revisar as legislações para garantir direitos iguais a todas as configurações familiares, promovendo um ambiente legal que respeite a diversidade e combata a discriminação, assegurando dignidade e direitos fundamentais a todos os cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Igualdade. Reconhecimento.

¹Graduando do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde - UniRV, adriel.silva@academico.unirv.edu.br.

² Mestra; Professora orientadora do Curso Direito da Universidade de Rio Verde - UniRV, lucieleleao@hotmail.com.